

6 em D. Brasil  
6/6/83

# O grande jogo

08 SET 1983

J. O. KNAACK DE SOUZA

**H**onestamente, é muito difícil entender o vaivém de nossa política econômica. Hoje instituem o gatilho salarial, amanhã o substituem pela URP, depois de amanhã propõe-se eliminar a própria URP. Hoje importante órgão governamental desencadeia vultosa propaganda em favor dos depósitos em cadernetas de poupança. Quase que imediatamente depois estabelecem desestímulos para esses depósitos.

Um dia, e não faz muito tempo, descobrem que o álcool é a grande alternativa energética. Afinal o Brasil tinha descoberto o grande caminho, substituir o petróleo por uma fonte renovável de energia. Todo o mundo embarcou nessa. Hoje já começam a sinalizar que não é bem assim, que é preciso repensar o programa do álcool etc. etc.

E as mudanças abruptas de rumo? Mal e mal o mercado consegue digerir uma nova norma que lhe é imposta e lá vem outra com direção completamente diferente.

E a maior de todas? Num rasgo de inspiração "descobrem" que se pode acabar com a inflação com a simples edição de um decreto-lei. Pouco depois também "descobrem" que se isso fosse verdade a palavra inflação talvez nem freqüentasse os dicionários de termos de economia.

Por que essas idas e vindas como se tateassem à busca de um caminho na maior escuridão? Por que economistas com boa formação acadêmica são tomados de estranha doença que, de repente, os leva a acreditar, e firmemente, no congelamento de preços e salários como arma fundamental no combate à inflação?

Isso tudo autoriza certas dúvidas, algumas das aparentemente paradoxais.

São importantes na condução da política econômica os Ministros da área? A resposta é clara: são importantes e muito. Mas não tanto quanto a maioria possa pensar ou é induzida a pensar pelas expectativas que se criam quando assumem a pasta, principalmente o Ministro da Fazenda. Outorgam-lhe a responsabilidade de salvador da pátria.

Nada menos verdadeiro. Um Ministro da área econômica não faz o que quer nem mesmo o que pode mas apenas o que deixam que ele faça. Tudo o que se passa como se as grandes escolhas se processassem em outro fórum, deixando aos Ministros da área econômica a tarefa de

explicitar ou operacionalizar as decisões adotadas.

Mas, quando não dá certo, é o Ministro que é crucificado. Afinal precisa-se sempre achar um culpado, descobrir o responsável pelo erro. E, como bem diz o Professor Roberto Campos, não há pesquisa mais eficiente no Brasil que a da busca de bodes expiatórios.

E claro que o cenário da economia é o mercado. Mas também é fora de dúvida, pois a experiência já comprovou, que as decisões políticas que afetam o mercado não são por ele induzidas ou reclamadas. Decorrem intrinsecamente do processo político. E não é necessário ir muito longe para comprovar isso. Recentemente tivemos no Brasil uma clara amostra do que realmente ocorre. Durante o Plano Cruzado manteve-se a economia engessada por mais tempo para "faturar" nas eleições a euforia enganosa da população. Os que forcaram a decisão de esticar o congelamento ganharam as eleições. E a economia? Bem, deu no que se vê hoje em dia.

Vê-se assim que as grandes decisões sobrepassam os limites do mercado e, muitas vezes, são tomadas ao arrepio dele. Talvez, quem sabe, esse processo de escolha seja facilitado pela inexistência de uma teoria econômica global. Algo assim como uma teoria econômica do Estado. Nestas condições, sem as armas da persuasão de uma sólida estrutura teórica, ficam os condutores da política econômica enfraquecidos quando tentam provar algo por  $a + b$  e não existem nem o  $a$ , nem o  $b$ .

As tentativas de tomar a macroeconomia, que trata das relações entre os grandes agregados como produto interno, demanda agregada e outros, como teoria global, não levam a nada. Como bem diz Hayek, esses agregados são apenas elucubrações mentais, de valor analítico duvidoso. Em suma, macro não é sinônimo de global.

Para suprir essa lacuna, tem-se tentado, modernamente, examinar o problema da economia global em um sistema de dois estágios. Como se fosse uma escada de dois degraus. Cada um com seus próprios fundamentos teóricos. O degrau mais alto tem sua análise baseada na teoria dos jogos estratégicos. O outro, o mercado, com seu instrumental mais do que conhecido. Como muita gente tem caído da escada por não pres-

tar a devida atenção ao degrau mais alto, vale a pena examiná-lo com mais cuidado.

Desse "grande jogo" do primeiro degrau participam, basicamente, quatro parceiros: o político, o burocrata, o grupo de interesse e o consumidor-eleitor, esse, importantíssimo na proximidade de eleições.

Mas não se trata de um jogo simples. Desde logo, falar em quatro parceiros é uma simplificação. Cada um deles representa um gênero com suas diferentes espécies. O político, p. ex., tem que ser entendido, de um lado, como partido com todo o seu ideário e, de outro, como político — pessoa física, que no corpo-a-corpo da busca de votos dificilmente consegue persuadir o consumidor-eleitor apenas com as excelências do programa de seu partido. O burocrata apresenta, claramente, duas espécies: os que lutam sempre para obter mais recursos e os que, obstinadamente, se batem para que o dispêndio seja o mais racional possível. Dos grupos de interesse nem falar, são tantos quantos os assuntos relevantes em pauta. E para não deixar nada mais fácil, é um jogo que admite todas as coalizões possíveis entre gêneros e espécies de jogadores.

Vê-se logo que é um jogo difícil de ser conduzido. Haja cintura. E ser bem conduzido, do ponto de vista econômico, significa preservar a liberdade do mercado, o que não é nada fácil nos dias de hoje quando se limita até a taxa de juros.

Na Assembléia Constituinte esse jogo se desenvolveu firme e forte. Mas com característica diferente daquele que se processa normalmente; flagrante preocupação com parceiro silencioso que é o consumidor-eleitor. Em função disso, adotaram-se dispositivos tão ao arrepio do óbvio econômico<sup>1</sup> que quando tentarem operacionalizar para o varejo o que se decidiu no atacado do plenário, se conseguirem, vão gerar desencontros insanáveis.

Tem razão o Professor Delfim Netto quando diz que o dispositivo mais importante da nova Constituição é aquele que prevê a sua revisão após cinco anos. Mas a pergunta é: vai dar para esperar?